

**AO ILUSTRÍSSIMO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP**

IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA

Chamada Pública nº 003/2025

INSTITUTO PELA SAÚDE IPES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob nº 17.831.275/0001-70, com sede à Rua Alameda Araguaia, nº 933, Conjunto 88, CEP 06.455-000, Bairro Alphaville Industrial, na cidade de Barueri/SP, neste ato representado por sua procuradora, Dra. Gabriela Rosa Pereira da Silva Alves de Moraes, advogada inscrita na OAB/SP nº 452.693, conforme procuração anexa, vem através da presente apresentar impugnação administrativa à Chamada Pública nº 003/2025, pelos fatos e fundamentos abaixo.

I – DOS FATOS

A Chamada Pública nº 003/2025 foi regularmente publicada com prazo de 30 (trinta) dias entre a divulgação do edital e a sessão pública destinada ao recebimento dos envelopes contendo os Planos de Trabalho, prazo este fixado pela Administração em observância aos princípios da legalidade, publicidade, da isonomia e da ampla competitividade. Ocorre que o certame foi suspenso para fins de análise do edital. Após minucioso exame, o órgão de controle concluiu pela plena regularidade do instrumento convocatório, autorizando sua continuidade, sem a necessidade de alteração de cláusulas ou de elementos que integrassem o chamamento.

Não obstante tal conclusão, a Administração procedeu à retomada do procedimento sem restabelecer o prazo integral originalmente previsto, limitando-se a anunciar nova data para a sessão de entrega dos envelopes sem assegurar o decurso completo dos 30 dias previsto no art. 26 da Lei Federal nº 13.019/2014. Confira-se:

Art. 26. O edital deverá ser amplamente divulgado em página do sítio oficial da administração pública na internet, **com antecedência mínima de trinta dias.**

Ocorre que em 14 de novembro de 2025, o município publicou a retomada da Chamada Pública nº 003/2025, sem contudo, promover a republicação do edital com a nova data, e ainda, sem respeitar o prazo legal esculpido no art. 26 da Lei Federal nº 13.019/2014, em afronta aos princípios da legalidade, transparência e publicidade.

Ainda, publicou-se no Diário Oficial duas datas distintas, trazendo insegurança jurídica aos participantes. Confira-se:



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras
Estado de São Paulo



RESUMO DE EDITAL

PROCESSO Nº 230/2025 - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
02/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE UMA PISTA DE SKATE NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS S.P., INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

ABERTURA DIA: 23 de DEZEMBRO de 2025 às 08:00hs

DISPONIBILIZAÇÃO: 17/11/2025

INFORMAÇÕES: telefone/fax (019) 36729299, ramal 211 / Sistema eletrônico
www.bll.org.br ou www.scpalmeiras.sp.gov.br. SCPalmeiras, 14/11/2025, Prefeito Municipal

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 140/2025

OBJETO: SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO NA ÁREA DA SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras/SP, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que, após análise e indeferimento das impugnações apresentadas ao Edital da Chamada Pública nº 03/2025, cujo objeto é a seleção de Organização Social para celebração de Contrato de Gestão voltado à administração e execução de serviços de saúde no Posto de Atendimento Imediato e no atendimento ambulatorial municipal, fica reaberto o prazo para entrega dos envelopes contendo o Plano de Trabalho e a Documentação de Habilitação.

O edital permanece válido em sua íntegra, uma vez que não houve alteração de conteúdo, sendo a reabertura necessária para garantir ampla publicidade e participação.

Prazo de reabertura: de **15/11/2025 a 24/11/2025 (5 dias úteis)**.

Local de entrega dos envelopes: Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras, Rua Prudente de Moraes, nº 507 – Centro, CEP 13650-041, das 08h às 15:30h (dias úteis).

A sessão pública de abertura dos envelopes ocorrerá no dia **25/11/2025, às 09h00**, na sede da Prefeitura Municipal. Santa Cruz das Palmeiras/SP, 14 de novembro de 2025. Comissão Permanente de Licitação



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras
Estado de São Paulo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 140/2025

OBJETO: SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO NA ÁREA DA SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras/SP, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que, após análise e indeferimento das impugnações apresentadas ao Edital da Chamada Pública nº 03/2025, cujo objeto é a seleção de Organização Social para celebração de Contrato de Gestão voltado à administração e execução de serviços de saúde no Posto de Atendimento Imediato e no atendimento ambulatorial municipal, fica reaberto o prazo para entrega dos envelopes contendo o Plano de Trabalho e a Documentação de Habilitação.

O edital permanece válido em sua íntegra, uma vez que não houve alteração de conteúdo, sendo a reabertura necessária para garantir ampla publicidade e participação.

Prazo de reabertura: de **15/11/2025** a **21/11/2025** (**5 dias úteis**).

Local de entrega dos envelopes: Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras, Rua Prudente de Moraes, nº 507 – Centro, CEP 13650-041, das 08h às 15:30h (dias úteis).

A sessão pública de abertura dos envelopes ocorrerá no dia **24/11/2025**, às 09h00, na sede da Prefeitura Municipal.

Santa Cruz das Palmeiras/SP, 14 de novembro de 2025.
Comissão Permanente de Licitação

A divergência apontada em ambas as publicações, pode ainda prejudicar os interessados no certame, induzindo-os a erro.

Mais grave ainda é a afronta aos princípios da legalidade, ampla competitividade, publicidade e transparência, notadamente ao descumprir o prazo razoável previsto na Lei 13.019/2014 de 30 (trinta) dias entre a publicação do edital retificado e a nova data de sessão de reabertura. Tal conduta viola a lógica procedimental própria dos chamamentos públicos, além de comprometer a observância dos princípios regentes da matéria, impondo, portanto, a presente impugnação.

II – DO DIREITO

II.a) – Da disciplina jurídica aplicável ao chamamento público e da exigência de garantia plena de publicidade e isonomia

O Chamamento Público, no âmbito das parcerias firmadas entre a Administração Pública e entidades privadas sem fins lucrativos, encontra disciplina normativa central na Lei nº 13.019/2014, que estabelece regras específicas voltadas a assegurar lisura, transparência e ampla participação no processo de seleção.

Dispõe o art. 23 da Lei Federal nº 13.019/2014 impõe que a Administração deve assegurar a ampla divulgação do chamamento público, bem como garantir a igualdade de condições entre todos os interessados. É necessário que o edital contenha prazo razoável para apresentação das propostas, em consonância com o princípio da segurança jurídica e com a devida preparação dos planos de trabalho, em atenção ao princípio da eficiência.

A suspensão do certame interrompe a fluência dos prazos editalícios, **impondo sua reabertura integral após a liberação do órgão de controle**. Trata-se de decorrência lógica dos princípios constitucionais da isonomia, da publicidade e da vinculação ao instrumento convocatório, cujo desrespeito compromete a integridade do procedimento competitivo.

II.b) Da aplicação da da Lei nº 9.637/1998 e da jurisprudência sobre reabertura integral dos prazos

A Lei nº 9.637/1998, bem como a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo reafirma a premissa de que os processos de seleção de entidades privadas para execução de serviços públicos devem preservar rigorosamente as garantias procedimentais relacionadas à publicidade e à igualdade entre os concorrentes.

No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), a matéria encontra farta consolidação. Em diversos julgados, o Tribunal reconhece que a suspensão de certames — sejam licitatórios ou de chamamento — impõe a reabertura integral dos prazos, sob pena de comprometimento da competitividade e violação ao princípio da publicidade. Entre os precedentes, destaca-se o acórdão TC-014652.989.21-1 (Sessão Plenária de 20/10/2021), a Corte de Contas acolheu representação e determinou a **retificação do edital e a reabertura do prazo devido ao impacto na formulação das propostas.**

Na mesma seara, a retomada em prazo exíguo viola a previsão do art. 55, Parágrafo 1º, da Lei Federal 14.133/2021. Confira-se:

§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

A fixação de um prazo exíguo de 5 dias úteis para a elaboração de um Plano de Trabalho complexo, robusto e técnico em resposta a um edital de chamamento público (ou licitação) compromete diretamente a formulação da proposta, violando o princípio da isonomia, da competitividade e o que está disposto no Art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

A elaboração de Plano de Trabalho robusto exige a mobilização e a harmonização de diversos setores internos da proponente, tais como (i) setor técnico/operacional, envolvendo o detalhamento da metodologia de execução, cronograma físico-financeiro e indicadores de desempenho, (ii) setor jurídico, envolvendo a análise das cláusulas editalícias, riscos contratuais e adequação legal do plano proposto, (iii) setor financeiro/contábil, envolvendo a elaboração da planilha de custos detalhada (custos diretos, indiretos, despesas administrativas) e análise de viabilidade econômico-financeira do projeto.

Dessa forma, o prazo de 5 dias úteis é insuficiente para promover as reuniões de alinhamento, os ajustes de escopo e as validações internas necessárias para garantir a coerência e a sustentabilidade do plano, resultando em propostas genéricas, incompletas ou com alto risco de inexecutabilidade.

Alameda Araguaia, 933 - 8º andar, Cj. 88 - Ed. Alpha Enterprise - Alphaville industrial -
Barueri-SP
CEP 06455-000

A elaboração de um Plano de Trabalho de qualidade demanda tempo para a confirmação da capacidade técnica e operacional da proponente em atender aos requisitos do edital, mapeando necessidades de recursos, a identificação e mitigação de riscos com o mapeamento de potenciais entraves na execução (logística, recursos humanos, fatores externos) e o desenvolvimento de um plano de contingência que confira segurança à Administração Pública.

A ausência desse tempo de análise aprofundada impede que o documento seja, de fato, um instrumento de gestão e controle eficaz, e não apenas um documento *pro forma*. A pressa introduz a alta probabilidade de erros materiais ou de omissão de informações cruciais que comprometem a execução futura do projeto.

Conforme o Art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o prazo deve ser adequado para que as propostas não sejam comprometidas. Um prazo de apenas 5 dias, diante da complexidade do objeto, atua como uma cláusula restritiva disfarçada, pois beneficia desproporcionalmente proponentes que já possuem modelos prontos e genéricos, sem o detalhamento técnico exigido.

A imposição deste prazo exíguo, portanto, viola o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, pois restringe a participação daqueles que, embora qualificados, necessitam de um tempo razoável para a necessária interação setorial e a entrega de um documento final tecnicamente irrepreensível. O prazo deve ser compatível com a complexidade da qualidade técnica que a Administração exige.

Portanto, a retomada do chamamento público sem a recontagem do prazo originário de 30 dias afronta de forma grave a doutrina e a jurisprudência aplicáveis, além de configurar inequívoca violação ao princípio da vinculação ao edital.

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se o acolhimento da presente impugnação, para que seja determinado:

Alameda Araguaia, 933 - 8º andar, Cj. 88 - Ed. Alpha Enterprise - Alphaville industrial –
Barueri-SP
CEP 06455-000

- (a) o restabelecimento integral do prazo de 30 (trinta) dias entre a publicação do edital e a sessão de recebimento dos envelopes, nos exatos termos originalmente previstos;
- (b) a republicação do aviso de chamamento público, assegurando-se a mesma extensão e forma de divulgação inicialmente adotadas;
- (c) o ajuste de todas as datas subsequentes do cronograma, preservando-se a sequência lógica do procedimento.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Barueri, 17 de novembro de 2025.

GABRIELA ROSA PEREIRA DA SILVA ALVES DE MORAES

OAB/SP nº 452.693

INSTITUTO PELA SAÚDE - IPES

CNPJ nº 17.831.275/0001-70

Alameda Araguaia, 933 - 8º andar, Cj. 88 - Ed. Alpha Enterprise - Alphaville industrial -
Barueri-SP
CEP 06455-000